

ENTREVISTA

MICRO CENÁRIOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS DA BAHIA

Entrevistado Sandro Magalhães (Superintendente de Cultura na Bahia)

Entrevista concedida a Leandro Alves de Araújo (Mestrando, UNEB/Pós-Crítica)¹



Fonte: <https://www.facebook.com/pnoto>

Sandro Magalhães possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (2010), especialização em Estudos Culturais, História e Linguagens (2012) pela UNIJORGE e Pós-Graduação em Gestão Cultural pelo SESC/MINC. Atualmente é mestrando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, Conselheiro Estadual de Cultura e Superintendente de Desenvolvimento Territorial da Cultura da SE-

¹ Mestrando do Programa de Mestrado em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas-Ba. Endereço eletrônico: leandrorujo@hotmail.com.

CULT/BA. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Gestão de Políticas Públicas de Cultura.

Com uma trajetória voltada para o campo da cultura, Magalhães tem contribuído de forma significativa para a consolidação dos territórios culturais na Bahia, sensibilizando e incentivando as gestões públicas municipais e territoriais a construírem suas políticas culturais. Nessa entrevista, tentamos oportunizar um diálogo acerca do micro cenário cultural do Estado.

Araújo: Tendo em vista sua experiência e atuação na área de ciência política, bem como seu trabalho voltado para com a Gestão Pública e Políticas Culturais, como sua trajetória influencia e contribui para o desenvolvimento das políticas culturais do Estado?

Magalhães: O ano de 2007 foi um marco para as políticas culturais da Bahia. Inaugura-se um novo momento, pautado pelos princípios de democratização, cidadania, descentralização e desenvolvimento, visando enfrentar os desafios que se consolidaram ao longo de muitos anos de ações culturais no estado sem o princípio da construção de uma política pública. Neste mesmo ano, separa-se a secretaria de cultura da secretaria de turismo e realiza uma conferência estadual de cultura, tomando como base de planejamento os territórios de identidade adotados pela secretaria de planejamento. Neste ano eu estava no meu território do Sisal, no município de Serrinha, atuando como professor e mobilizador cultural. A nova secretaria fez uma seleção para Mobilizador Cultural dos Territórios com o objetivo de articular a comunidade cultural em torno das políticas culturais através da II Conferência. Fui selecionado para representar meu território, assim me aproximei do momento inaugural das políticas públicas de cultura do estado. Já atuava na gestão social de cultura como secretário executivo da centenária filarmônica 30 de junho. Depois da primeira atuação na secretaria de cultura do estado, retorno a Serrinha onde fui eleito vereador e também atuei como secretário de educação e cultura.

Penso que estas experiências no âmbito municipal e territorial, foram fundamentais para a minha contribuição a política de Estado da Cultura. Principalmente para a política de territorialização da cultura. Atuamos consolidando os territórios culturais na Bahia e sensibilizando e incentivando as gestões públicas municipais a construírem suas políticas culturais.

Araújo: Qual a avaliação que o Senhor faz do setor cultural do Estado da Bahia nos últimos anos?

Magalhães: O grande desafio desde 2007 é consolidar as políticas de cultura como políticas fundamentais para o desenvolvimento do Estado. Penso que 8 anos depois, é visível que esta pauta avançou na sociedade política e civil.

Continua o desafio de consolidar políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania.

Em oito anos de gestão as políticas culturais passaram a enfatizar a identidade formada por uma diversidade de culturas que constituem a diversa cultura baiana. As novas políticas fortaleceram a institucionalidade, a organização democrática da cultura e a participação das comunidades culturais com novas instituições como o Centro de Culturas Populares e Identitárias e Centro de Formação em Artes; as legislações Lei Orgânica da Cultura e plano estadual de cultura; conferências, colegiados, conselhos, sistema e planos estaduais. O financiamento da cultura passou a ser realizado através de procedimentos democráticos e republicanos, com seleções públicas e transparentes, permitindo maior acesso aos recursos públicos. O Fundo de Cultura da Bahia foi ampliado em 51% entre 2007 e 2015. O Calendário das Artes distribui recursos através de seleções públicas para todos os territórios de identidade. A atenção com o desenvolvimento da economia da cultura criou o programa Bahia Criativa. As polí-

ticas culturais, antes restritas a Salvador e alguns municípios, foram estendidas a toda Bahia através da política de territorialização da cultura, que aconteceu por meio da contratação de representantes territoriais, de incentivo a sistemas e planos de cultura e da implantação de pontos e pontinhos de cultura; pontos de leitura; jovens multiplicadores; agentes de leitura; apoio a bibliotecas e museus; cursos e oficinas de formação; dinamização de centros culturais; caravanas culturais; programas voltados para todo estado e política de financiamento, que ampliou e desconcentrou os recursos.

Penso que as políticas culturais chegaram a mais baianos, pois a comunidade tem desenvolvido suas iniciativas artísticas e culturais. De 2007 a 2013, 162 mil pessoas participaram das conferências de cultura, mais de 12 mil pessoas participaram de cursos e treinamentos, 220 pontos de cultura foram instalados, 260 pontos de leitura, 324 agentes de leitura foram selecionados, 400 mil livros distribuídos, 2000 projetos apoiados pelo fundo de cultura, 135 projetos apoiados pelo Calendário das Artes. Ações distribuídas por todos os territórios da Bahia. Mas também penso que precisamos avançar. A cultura, como política estruturante, ainda não permeia as principais preocupações da sociedade política, o investimento nas políticas culturais, apesar do avanço, ainda não é o necessário. Apesar do avanço da pauta boa parte dos municípios baianos ainda não incentivam sua gestão cultural e/ou atuam com festas e ações pontuais. O Financiamento da cultura no estado realizado exclusivamente através dos editais geram desafios que devemos nos debruçar. Precisamos ampliar o financiamento da cultura no estado e para isso os municípios são fundamentais.

Araújo: Quais são as diretrizes e os encaminhamentos do “Programa Gestão da Cultura” da Superintendência de Cultura (Desenvolvimento Territorial)?

Magalhães: A ideia da existência da superintendência é desenvolver Políticas Públicas de cultura de forma participativa, articulada e transparente, em parceria com as instituições

ições públicas, privadas e sociedade civil, em benefício da comunidade, respeitando a diversidade dos Territórios Culturais.

A SUDECULT vem atuando em três linhas, primeiro, cidadania cultural que visa sistematizar procedimentos estratégicos com o propósito de otimizar as ações de articulação, formação e acompanhamento dos Pontos, Pontinhos de Cultura e Jovens Multiplicadores, pensando as ações que possam concretizar a cultura como direito. Atuando de forma transversal com as políticas de direitos humanos. Segundo, espaços culturais, que busca garantir o funcionamento pleno dos Espaços Culturais, com estrutura adequada, gestões participativas e programações regulares, incentivando interações entre identidades territoriais e globais. Hoje administramos 17 espaços culturais espalhados na Bahia, a exemplo do Centro de Cultura de Alagoinhas. Terceiro, institucionalização da gestão cultural, esta linha busca consolidar a política de territorialização da cultura, por meio da ampliação e aperfeiçoamento da atuação dos Representantes Territoriais da Cultura, do acompanhamento sistemático das ações de fomento, e pela consolidação da participação social através das Conferências, Fóruns e Redes consolidados, apoiando os municípios com assessoria técnica para formatar as políticas de cultura no âmbito do município.

Araújo: A Superintendência de Promoção Cultural gere a linha de fomento, o Fazcultura e o Fundo de Cultura. Em que medida a cultura popular é beneficiada com tais fontes de recursos? Ainda há no Estado o maior investimento nos eventos e produção cultural dos artistas consagrados?

Magalhães: A cultura popular é a maior manifestação cultural do povo baiano. Ela precisa de uma política, para isso foi criado o CCPI — Centro de Culturas Populares e Identitárias, e ao longo das últimas chamadas públicas foram lançados editais específicos para a cultura popular. Quanto ao maior investimento, ele tem se relacionado com a maior pro-

cura. Vejo poucos artistas com alta visibilidade captar recursos pelo financiamento público através do Fundo de Cultura. O que percebo é uma crescente captação por parte de artistas dos circuitos alternativos.

Araújo: Como anda a implantação das Secretarias Municipais de Cultura nos interiores da Bahia? Há dificuldades e/ou desafios no fortalecimento deste processo?

Magalhães: Tivemos um aumento significativo de municípios que optaram por implantar secretarias de cultura e/ou órgãos gestores. Em 2007 somente 15% dos municípios, hoje, 2015, 85% já possuem um órgão de gestão. O que visamos é convencer os municípios a pensarem e colocar em funcionamento um sistema municipal de cultura, que possa ser um instrumento da gestão pública capaz de consolidar uma política pública de cultura para os municípios. Por isso, além da secretaria e/ou órgão de gestão, é fundamental a criação de um fundo municipal de cultura capaz de financiar um plano municipal que possa dar visibilidade as manifestação artística e culturais identificadas em um diagnóstico. Portanto, Órgão, fundo, plano fiscalizados por um conselho municipal de políticas culturais. Esse é um formato básico para o desenvolvimento de uma política municipal.

Araújo: As pesquisas acadêmicas têm contribuído para a formação de políticas culturais mais democráticas. Em que medida a Secult tem dialogado com as Universidades, sobretudo dos territórios do Estado?

Magalhães: Com certeza, a Bahia é referência na relação entre pesquisadores acadêmicos e gestores no campo da cultura. Até pouco tempo o secretário de cultura do estado era um professor e pesquisador referencia na America Latina nos estudos em políticas culturais. Com isso foi possível constituir uma Rede de Formação em Cultura, formado pelas universidades baianas com a finalidade de pensar e estimular a formação no campo cultura.

Araújo: Diante da primazia da exploração e do lucro sobre a vida, inclusive no campo cultural, como construir políticas culturais que diminuam as desigualdades sociais?

Magalhães: Pois é. Como constituir uma política cultural capaz de enfrentar os desafios de uma sociedade desigual, conservadora e por vezes racista, homofóbica, machista. Não temos uma formulação fechada. Mas penso que um dos caminhos é melhorar o acesso dos baianos aos bens culturais. A fruição, a liberdade. Capazes de sensibilizar a sociedade do necessário respeito à diversidade cultural. Os pontos de cultura, a ampliação de bibliotecas públicas, a política de territorialização da cultura são exemplos de ações que podem contribuir para o desenvolvimento social e diminuir as desigualdades.

Araújo: O que define a política cultural da Bahia? O que pode mudar o rumo das políticas culturais nos territórios do Estado?

Magalhães: O que define a política esta estabelecido na Lei Orgânica de Cultura da Bahia, portanto Territorialização, Cidadania, Desenvolvimento e democratização. Não penso que devemos mudar a política. Este momento é de consolidar, avaliar e aprimorar os instrumentos de trabalho, inclusive de fomento e financiamento, esse é a premissa estabelecida pela gestão de Jorge Portugal.

Araújo: Há algum projeto que gostaria de destacar?

Magalhães: Sim, Escolas Culturais. Um projeto que visa a dinamização cultural de escolas públicas em pequenos municípios baianos e em áreas de alta vulnerabilidade social. Fazendo da escola, que naturalmente é um dos maiores espaços de interação social, em um espaço de referencia para a produção e distribuição de bens culturais da comunidade. A escola receberá recursos para aplicar em uma programação cultural formada a partir de um mapeamento das manifestações artísticas dos estudantes e da comunidade.

Araújo: Aproveito para deixar aqui o nosso muito obrigado pela generosa contribuição. Alguma mensagem para os leitores da Grau Zero?

Magalhães: Eu que agradeço e me coloco a disposição.